

Entrevista à imprensa - presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Tadeu Morais de Souza

Evento: *Ciclo de Debates Minas Combate a Crise*

Local: Expominas – Belo Horizonte

Data: 15/4/09

Pergunta: Como essa crise afetou o trabalho em Minas? Quais são os números dos últimos meses?

Resposta: Nos últimos cinco meses foram 179 mil pessoas demitidas em Minas Gerais. Somente no mês de dezembro foram 88 mil demissões. Os setores mais afetados foram de extração e agropecuária e depois a metalurgia.

Nossa fala no ciclo de debates será para cobrar emprego no Brasil, onde a rotatividade é muito alta. O número de trabalhadores demitidos anualmente chega a 15 milhões. Essa rotatividade é complicada, pois a empresa tem tanto dinheiro para pagar demissões.....E a recontração acontece com salários reduzidos e menos benefícios para o trabalhador. Representamos os trabalhadores; viemos cobrar uma série de coisas, como a redução de jornada sem redução de salário e a redução da taxa de juros para que, lá na ponta, no consumidor, o trabalhador possa consumir. É o trabalhador a figura principal da economia, pois se ele não produzir o bem, não tem nada. E ele é que está pagando pela crise. Não queremos que isso aconteça, mas sim que o trabalhador seja valorizado.

Pergunta: A fala do Governo é de que, até o final de 2009, a situação deve se normalizar. É assim que o Dieese vê o cenário brasileiro?

Resposta: Acreditamos que sim. A construção civil em São Paulo, por exemplo, vai começar a campanha salarial em breve e lá não temos crise. O cálculo para a construção civil em 2009 é de contratação de 600 mil pessoas. E, na campanha salarial, vamos reivindicar reposição da inflação e aumento real de salário. As centrais sindicais estão unidas com esse objetivo, independentemente do pensamento político ou da bandeira.

Pergunta: Qual o balanço das negociações salariais até agora?

Resposta: O Dieese promoveu a II Jornada Nacional de Debates com as centrais sindicais, a fim de assessorar as campanhas salariais. Campanha salarial é sempre problemática, pois o empregador nunca quer dar o que o trabalhador reivindica. A primeira grande categoria a fazer campanha salarial depois da crise é a construção civil de São Paulo, em abril. É uma categoria importante, até porque é um setor que teve ajuda do Governo e sofreu impacto social importante. São cerca de 500 mil trabalhadores na capital paulista e mais de 1 milhão no Estado. Vai acontecer uma paralisação de advertência no próximo dia 27 de abril em São Paulo, pois queremos fazer uma campanha não só de recuperação da inflação, mas também de aumento real de salário.

Em alguns setores será difícil negociar, como o químico e o das usinas de açúcar. Já o setor farmacêutico vai muito bem. Se analisarmos os dados de 2008 referentes aos acordos coletivos, 88% dos sindicatos fecharam acordo com a inflação completa e 72% tiveram aumento superior à inflação. Isso é dinheiro a mais no bolso, na economia.

Pergunta: Os sinais de melhora da economia permitiriam às empresas pensar na reposição integral da inflação e no aumento real de salário?

Resposta: Sim. Em São Paulo, por exemplo, houve acordos no início de 2009 para redução de jornada e até de salário, a fim de garantir o emprego. Muitas empresas que fizeram acordo já o cancelaram antes do término do contrato. O setor automobilístico voltou a produzir e a vender; até mais que antes da crise. Por isso acreditamos que as demissões parem.

Pergunta: Qual sua posição quanto à polêmica desoneração da folha de pessoal?

Resposta: Somos contra tirar direitos; lutamos para conquistá-los. Somos a favor de discutir a reforma trabalhista, desde que não sejam retirados os direitos dos trabalhadores. Fala-se muito em reformas fiscal e tributária, mas é preciso discutir a reforma trabalhista. Temos na pauta do Congresso Nacional, para discussão, questões como o salário mínimo e a redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

Pergunta: Especialistas do Ministério do Trabalho estão dizendo que a Justiça do Trabalho está excedendo, como nos casos da Embraer e da Usiminas, quando mandou parar de demitir. Como o Dieese avalia essa questão?

Resposta: Avaliamos que a Justiça do Trabalho quis chamar atenção para a implantação da Convenção 158, que tem como tema a garantia do emprego contra a dispensa imotivada. Começamos a discutir a questão no Congresso Nacional, sem ir pra frente. No Brasil, dispensa-se de qualquer maneira sem nenhuma justificativa. Nós cobramos do Governo, não somente das montadoras, que quem levou dinheiro público teria que dar a contrapartida, no mínimo garantindo o emprego.